

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.277.779 - MT (2018/0086753-6)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : CARLOS ALBERTO CAPELETTI**  
**AGRAVANTE : MARCOS LORENZI**  
**AGRAVANTE : LUIZ UMBERTO EICKHOFF**  
**AGRAVANTE : DANIELLE BAUMEL EICKHOFF**  
**ADVOGADOS : ALEANDRA FRANCISCA DE SOUZA E OUTRO(S) - MT006249**  
**FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO - MT007348**  
**MARCELO PEREIRA DE LUCENA - MT016528**  
**AGRAVADO : ADM DO BRASIL LTDA**  
**ADVOGADO : EDIR BRAGA JÚNIOR E OUTRO(S) - MT004735**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do NCPC), interposto por CARLOS ALBERTO CAPELETTI e outros em face de decisão de inadmissibilidade de recurso especial.

O apelo extremo objetivou reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, assim ementado (fls. 529/530):

RECURSOS DE APELAÇÃO CÍVEL — EMBARGOS À EXECUÇÃO - CÉDULA DE PRODUTO RURAL — CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - INAPLICABILIDADE — MULTA CONTRATUAL FIXADA EM 10% - REDUÇÃO PARA 2% - IMPOSSIBILIDADE - CLÁUSULA PENAL FIXADA EM 50% — EXORBITÂNCIA CONFIGURADA — REDUÇÃO PARA EM 10% - VIABILIDADE — RATEIO PROPORCIONAL DAS VERBAS SUCUMBENCIAIS — PRIMEIRO RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO — SEGUNDO RECURSO DESPROVIDO.

É inviável a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, porquanto nenhum estado de vulnerabilidade assume os apelantes, na qualidade de grandes produtores rurais, em relação ao inadimplemento do contrato para com o fornecedor.

É legítima a cobrança da multa contratual no patamar de 10% (dez por cento), porquanto, além de ter sido este percentual pactuado entre as partes, não se verifica qualquer excesso, tendo em vista a natureza e finalidade no negócio.

É imperiosa a redução da cláusula penal, quando se mostrar demasiadamente excessiva, injusta e incompatível com o descumprimento da avença, a rigor do artigo 413 do Código Civil.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados (fls. 579/584).

Nas razões do recurso especial (fls. 587/621), a parte insurgente alegou, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos arts. 1.022, II, 489, § 1º, IV e VI, do NCPC; 2º, 3º, § 2º, e 52 do Código de Defesa do Consumidor.

Sustentou, em síntese:

a) omissão do Tribunal de origem i) quanto à tese segundo a qual a ADM DO BRASIL se equiparou a instituição financeira, na relação jurídica discutida, devendo ser aplicado o Código de Defesa do Consumidor em favor do produtor rural contratante

de mútuo; e ii) no tocante à desproporção da sucumbência fixada; e

b) aplica-se o CDC em favor do produtor rural contratante de cédula de crédito rural.

Contrarrazões às fls. 711/727.

Inadmitido o apelo, os autos subiram ao exame do STJ mediante a interposição do agravo (art. 1.042 do NCPC).

Contraminuta às fls. 767/780.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. Não há ofensa aos arts. 1.022, II, e 489, § 1º, do NCPC na decisão judicial que julga a controvérsia de modo claro, coerente e suficientemente fundamentado, apreciando todas as questões relevantes apontadas pelas partes.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA N. 182/STJ. PRESCRIÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta aos arts. 131, 165 e 458, II, do CPC/1973 quando o acórdão recorrido analisou todas as questões pertinentes para a solução da lide, pronunciando-se, de forma clara e suficiente, sobre a controvérsia estabelecida nos autos.

2. É inviável o agravo previsto no art. 1.021 do CPC/2015 que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada (Súmula n. 182/STJ).

3. Nos termos da jurisprudência pacífica desta Corte, ainda que se trate de matéria de ordem pública, é exigido o prequestionamento.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1414609/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 03/12/2018, DJe 13/12/2018)

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE. COBERTURA DE PROCEDIMENTO. OFENSA AOS ARTS. 535, I, 165, 458, II, E 463, II, DO CPC DE 1973. INOCORRÊNCIA. ART. 6º DA LINDB. DIREITO ADQUIRIDO, ATO JURÍDICO PERFEITO E COISA JULGADA. POSSIBILIDADE DE EXAME EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. PRECEDENTES DA CORTE ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE LEI VIOLADORA DE TAIS PRECEITOS E AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5, 7 E 83 DO STJ.

1. Ausência de violação do artigo 535, I, do Código de Processo Civil de 1973, visto que, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente.

2. Não se verifica, também, a alegada vulneração dos artigos 165, 458,

**II, e 463, II, do Código de Processo Civil, porquanto a Corte local apreciou a lide, discutindo e dirimindo as questões fáticas e jurídicas que lhe foram submetidas. O teor do acórdão recorrido resulta de exercício lógico, ficando mantida a pertinência entre os fundamentos e a conclusão.**

(...)

7. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 733.392/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 23/10/2018)

Na espécie, a parte insurgente alega omissão i) quanto à tese segundo a qual a ADM DO BRASIL se equiparou a instituição financeira, na relação jurídica discutida, devendo ser aplicado o Código de Defesa do Consumidor em favor do produtor rural contratante de mútuo; e ii) no tocante à desproporção da sucumbência fixada.

Sem razão, porquanto esses temas foram expressamente examinados.

O CDC foi afastado, na hipótese, por que o Tribunal de origem, constatando não se tratar de relação de típica de consumo (ostentando o contratante a condição de consumidor final), não foi identificada nenhuma vulnerabilidade dos produtores rurais, afastando, assim, o regime protetivo do referido código.

Nesse contexto, o fato de a mutuante se equiparar a instituição financeira em nada aproveitaria a condição processual da parte recorrente, pois isso, por si só, não seria suficiente para atrair a aplicação do CDC.

Por fim, dada a reversão parcial da sentença, o TJMT fixou a sucumbência segundo sua interpretação do resultado da controvérsia.

**2.** A assertiva contida no acórdão recorrido, segundo o qual os produtores rurais não ostentam nenhuma vulnerabilidade apta a atrair a aplicação do CDC, não pode ser reformada em sede de recurso especial, e, razão do óbice da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. 1. TEORIA FINALISTA. MITIGAÇÃO (CDC, ART. 29). EQUIPARAÇÃO A CONSUMIDOR. PRÁTICA ABUSIVA OU SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE. NÃO RECONHECIMENTO PELA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. REVISÃO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. 2. ANÁLISE DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. 3. REQUERIMENTO DA PARTE AGRAVADA DE APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO § 4º DO ART. 1.021 DO CPC/2015. 4. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. Esta Corte firmou posicionamento no sentido de que a teoria finalista deve ser mitigada nos casos em que a pessoa física ou jurídica, embora não se enquadre nas categorias de fornecedor ou destinatário final do produto, apresenta-se em estado de vulnerabilidade ou hipossuficiência técnica, autorizando a aplicação das normas previstas no CDC. Precedentes.

2. Na hipótese, o Tribunal de origem, com base nas provas carreadas aos autos, **concluiu pela ausência de caracterização da vulnerabilidade do adquirente**. Alterar tal conclusão demandaria o reexame de fatos e provas, inviável em recurso especial, conforme disposto na **Súmula 7 do STJ**.

3. A aplicação da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015 não é automática, não se tratando de mera decorrência lógica do desprovimento do agravo interno em votação unânime. A condenação do agravante ao

pagamento da aludida multa, a ser analisada em cada caso concreto, em decisão fundamentada, pressupõe que o agravo interno mostre-se manifestamente inadmissível ou que sua improcedência seja de tal forma evidente que a simples interposição do recurso possa ser tida, de plano, como abusiva ou protelatória, o que, contudo, não se verifica na hipótese examinada.

4. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1285559/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, **TERCEIRA TURMA**, julgado em 28/08/2018, DJe 06/09/2018)

Assim, o óbice da Súmula 7/STJ impede a reforma do aresto.

**3.** Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Majoro os honorários devidos ao advogado da parte contrária em 10% do valor já arbitrado na origem.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator